



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental nº 0211379-1/01
Agravante: Ponto Eletro LTDA e outro
Agravado: G E Dako S/A
Relator: **Des. Eduardo Sertório**

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCURAÇÃO DO PROCURADOR DA PARTE AGRAVADA. AUSÊNTE. PEÇA OBRIGATÓRIA INCOMPLETA. CÓPIA APENAS DE SUBSTABELECIMENTOS. INEFICÁCIA. ART. 525, I, DO CPC. RECURSO NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

I - A procuração outorgada à advogada indicada como procuradora da parte agravada, é peça imprescindível ao conhecimento do Agravo de Instrumento. Sua ausência constitui vício insanável a teor do disposto no art. 525, I, do CPC.

II - Há nos autos, apenas, meras cópias de substabelecimentos com reserva de poderes, assinados pela pretensa advogada do agravado, os quais, por si só, não suprem a exigência do art. 525, I, do CPC, que claramente determina a juntada de procuração na formação do agravo. Cuida-se, portanto, de inafastável hipótese de falha na instrumentalização do recurso.

III. Recurso não provido à unanimidade.

ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Agravo Regimental nº **0211379-1/01**, em que figuram como agravante PONTO ELETRO LTDA e outro e como agravado G E Dako S/A, **ACORDAM** os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco que compõem a **3ª Câmara Cível**, unanimemente, em negar provimento ao Recurso de Agravo, na conformidade do relatório, voto e ementa que integram este julgado.

Recife, 20.05.10


EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental nº 0211379-1/01
Agravante: Ponto Eletro LTDA e outro
Agravado: G E Dako S/A
Relator: **Des. Eduardo Sertório**

RELATÓRIO

Cuido de agravo regimental (fls. 02/06- vol. 1) interposto por PONTO ELETRO LTDA E OUTRO, contra decisão decisória terminativa (fls. 74/75) que negou seguimento ao agravo de instrumento por ele anteriormente interposto por não ter sido juntada a procuração da parte agravada.

A Ponto Eletro pleiteia a reforma da sentença aduzindo, em suma, ter a decisão monocrática contrariado o disposto no art. 13 do CPC¹. Para tanto, alega que a irregularidade de representação ocorrida no presente caso pode ser sanada pelo agravante.

Apresento o recurso de agravo para julgamento pelo colegiado, uma vez não exercido o juízo de retratação (CPC, art. 557, § 1º).

É o Relatório.

Recife, 10.01.10


EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador Relator

¹ Art. 13. Verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, o juiz, suspendendo o processo, marcará prazo razoável para ser sanado o defeito. Não sendo cumprido o despacho dentro do prazo, se a providência couber:
I - ao autor, o juiz decretará a nulidade do processo;
II - ao réu, reputar-se-á revel;
III - ao terceiro, será excluído do processo.

211 19



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental nº 0211379-1/01
Agravante: Ponto Eletro LTDA e outro
Agravado: G E Dako S/A
Relator: **Des. Eduardo Sertório**

VOTO

Com o presente recurso, a Ponto Eletro visa à reforma da decisão monocrática prolatada nos autos do agravo de instrumento apensando a qual negou seguimento ao recurso em decorrência da irregularidade de representação da parte agravada.

Não merece prosperar a irresignação da Ponto Eletro.

Conforme já exposto na decisão agravada, o agravo de instrumento não mereceu seguimento, pois o procurador da Agravante, Ponto Eletro, não cuidou de instruir o recurso com a procuração da parte agravada, G E Dako S/A, nos termos do art. 525, inciso I do CPC².

Com efeito, ao compulsar os autos, notadamente às fls. 21/24, 32/40, 44/45 e 43/54, percebi ter o agravante juntado apenas cópias de instrumentos de substabelecimentos relativos a possíveis procuradores da agravada.

Como sabido, a procuração outorgada à advogada indicada como procuradora da parte agravada, é peça imprescindível ao conhecimento do Agravo de Instrumento. Assim, a Ponto Eletro não cumpriu satisfatoriamente as disposições legais, instruindo de forma deficiente o agravo de instrumento por ela interposto.

Quanto a essa questão, inclusive, demonstrei o posicionamento adotado pelo STJ e pelos demais tribunais pátrios no sentido de não suprirem a exigência do art. 525, I do CPC as meras cópias de substabelecimento. Senão vejamos:

Há nos autos, apenas, meras cópias de substabelecimentos com reserva de poderes (fls. 45 e 54), assinados pela pretensa advogada do agravado, o qual, por si só, não supre a exigência do art. 525, I, do CPC, que claramente determina a juntada de procuração na formação do agravo. Cuida-se, portanto, de inafastável hipótese de falha na instrumentalização do recurso.

² Art. 525. A petição de agravo de instrumento será instruída:

I - obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado;

Nesse diapasão, peço *venia* para colacionar as seguintes decisões oriundas do Col. STJ e de outros tribunais pátrios, com nossos grifos:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCURAÇÃO DO ADVOGADO DO AGRAVANTE. PEÇA OBRIGATÓRIA INCOMPLETA. CÓPIA APENAS DO ANVERSO. JUNTADA DE SUBSTABELECIMENTOS POSTERIORES. INEFICÁCIA. ART. 525, I, DO CPC.

I. A apresentação de cópia da procuração outorgada ao advogado da agravante, sem constar o verso, onde colhida a assinatura do outorgante, constitui irregularidade insanável a viciar a representação processual e o cumprimento do art. 525, I, do CPC.

II. A juntada de substabelecimentos sem as respectivas procurações outorgadas pelos advogados substabelecimentos não subsistem por si só, sendo indispensável a apresentação dos mandatos para comprovar a legítima outorga de poderes.

III. Recurso conhecido em parte e provido parcialmente, para afastar a multa processual (Súmula n. 98/STJ).

(REsp 805.114/SC, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 13.03.2007, DJ 14.05.2007 p. 318) (grifos)

E ainda:

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROCURAÇÕES OUTORGADAS AOS ADVOGADOS DOS AGRAVANTES E DOS AGRAVADOS - ÔNUS DOS AGRAVANTES - SUBSTABELECIMENTO - NÃO CONHECIMENTO

1. O substabelecimento não subsiste por si só, fazendo-se necessário o traslado da procuração outorgada ao advogado substabelecimento de modo a comprovar a legítima outorga de poderes. 2. Consoante entendimento pacificado desta Corte, a procuração outorgada ao advogado da parte agravada é peça obrigatória na formação do instrumento. 3. Agravo regimental improvido. (STJ - AGA 200400975233 - (617396 MG) - 4ª T. - Rel. Min. Fernando Gonçalves - DJU 17.12.2004 - p. 00575) (grifos)

E mais:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. PROCURAÇÃO DO AGRAVADO. PEÇA OBRIGATÓRIA.

1. O agravo de instrumento interposto na origem deve estar formado com as peças obrigatórias exigidas pelo artigo 525, I, do Código de Processo Civil, sob pena do não-conhecimento. Insuficiente a apresentação apenas do substabelecimento, exigível a juntada da procuração.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no Ag 546.921/RJ, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 06.04.2004, DJ 17.05.2004 p. 219)(grifos)

E também:

AGRAVO INTERNO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO, PELA AUSÊNCIA DE CÓPIA DA PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO DO AGRAVADO, DOCUMENTO, ESTE, OBRIGATÓRIO

A cópia da procuração outorgada ao advogado do agravado é documento obrigatório e indispensável. **Apenas a cópia do substabelecimento não supre a ausência da procuração e obsta o conhecimento do recurso.** Agravo Interno desprovido. Unânime. (TJRS - AGV 70013156997 - 18ª Cív. - Relª Desª Agathe Elsa Schmidt da Silva - J. 15.12.2005)

Na sequência, destaquei ter sido a matéria em debate confirmada pela Corte Especial do STJ:

Tal posicionamento, inclusive, foi recentemente confirmado pela Corte Especial do STJ, quando do julgamento dos Embargos de Divergência EREsp 1.056.295-RJ, relatado pela Ministra Eliana Calmon, onde foi ratificada a obrigatoriedade da juntada de toda a cadeia de instrumentos que demonstram a regularidade da representação processual, para a adequada instrumentalização do recurso, *verbis*:

Cuida-se de embargos de divergência Interpostos contra acórdão da Terceira Turma deste Superior Tribunal segundo o qual a ausência da juntada de um dos substabelecimentos não prejudica o conhecimento do agravo Interposto na instância a quo, fundamentado no fato de que o art. 525, I, do CPC prevê, tão somente, a obrigatoriedade da juntada das peças tidas por estritamente necessárias à compreensão da controvérsia. Naquele acórdão, a Min. Nancy Andrighi, com esteio no princípio da instrumentalidade das formas, concluiu que o conhecimento do agravo não ficou prejudicado em razão da ausência da juntada do substabelecimento outorgado pelo primeiro causídico, pois demonstrada a regularidade da representação do advogado que, à época, atuava na defesa dos interesses da recorrente em juízo, fato que propiciou a correta intimação do advogado da agravada para oferecer contraminuta ao recurso. Nos embargos, a Min. Relatora entendeu configurada a divergência jurisprudencial, visto que os julgados confrontados adotaram entendimentos dissonantes quanto ao conhecimento de agravo em que não houve juntada da cadeia de substabelecimentos. E destacou que a jurisprudência deste Superior Tribunal é pacífica no sentido de que não só a procuração outorgada ao advogado da parte agravada, mas também a cópia da cadeia de substabelecimentos constituem, nos termos do art. 525, I, do CPC, peças indispensáveis na formação do agravo em razão da necessidade de aferir-se a regularidade da representação processual. **Concluiu a Min. Relatora que a ausência do substabelecimento outorgado pelo primeiro advogado constituído pela embargante ao causídico que substabeleceu poderes ao advogado que, à época da interposição do agravo de instrumento por parte da seguradora, representava a ora embargante inviabiliza o exame em torno da regularidade da representação processual.** Diante disso, a Corte Especial, ao prosseguir o julgamento, por maioria, conheceu dos embargos e lhes deu provimento. EREsp 1.056.295-RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, julgados em 25/2/2010. (Grifos)

Por último, apreciei a possibilidade de convergência do julgamento em diligência para sanar o vício em questão. Nesse ponto, trouxe à baila o posicionamento doutrinário, bem como o entendimento do STJ sobre o tema, conforme se denota pelo trecho abaixo transcrito:

Ademais, não entendo deva-se converter o julgamento em diligência para sanar o vício, consoante entendimento de Nelson Nery Júnior, *in verbis*:

Falta de peças obrigatórias. Se do Instrumento faltar peça essencial, o tribunal não mais poderá converter o julgamento em diligência para completá-lo. (...) As peças obrigatórias devem ser juntadas com a petição e as razões (minuta) do recurso, ou seja, no momento da interposição do recurso(...) *NERY JUNIOR, Nelson. Código de Processo Civil comentado - Nelson Nery Júnior, Rosa Maria de Andrade Nery. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 886.*

E não se fale em conversão do presente agravo de instrumento em diligência, tendo em vista sua impossibilidade. Nesse sentido, cito recentes arestos do STJ que confirmam o entendimento sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE PEÇA OBRIGATÓRIA. ART. 544, § 1º, DO CPC. PROCURAÇÃO DO AGRAVADO.

1. Segundo o art. 544, § 1º, do CPC, agravo de instrumento deverá instruído deverá ser instruído, obrigatoriamente, sob pena de não conhecimento, com as cópias do acórdão recorrido, da certidão da respectiva intimação, da petição de interposição do recurso denegado, das contrarrazões, da decisão agravada, da

certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.

2. Cabe ao agravante o ônus de instruir corretamente o instrumento, fiscalizando a sua formação e o seu processamento, com a necessária e efetiva apresentação das peças a serem trasladadas no ato da interposição do recurso.

3. O agravo deve estar completo no momento da interposição, não cabendo a juntada posterior de peça faltante nem a realização de diligência para suprir falha na formação do instrumento.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 1196208/SP, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2009, DJe 12/02/2010)(grifos)

E mais:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇA. PROCURAÇÃO AO ADVOGADO SUBSCRITOR DO AGRAVO DE INSTRUMENTO DO ARTIGO 522 DO CPC. INCIDÊNCIA. SÚMULA 83/STJ.

1. A Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de que: "o agravo de instrumento, tanto o previsto no art. 522, como o do art. 544, ambos do CPC, deve ser instruído com as peças obrigatórias (previstas na Lei Processual), bem como aquelas necessárias à correta compreensão do incidente nos termos do art. 525, II, do CPC. A ausência de qualquer delas, obrigatórias ou necessárias, obsta o conhecimento do agravo. **Não é também possível a conversão do julgamento em diligência para complementação do traslado nem a posterior juntada de peça.**" (EResp 509.394-RS, Corte Especial, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 4/4/2005).(....)(AgRg no Ag 718.616/SP, Rel. Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), TERCEIRA TURMA, julgado em 06/10/2009, DJe 21/10/2009)(grifos)


Como se percebe, tanto a doutrina quanto a jurisprudência pátria convergem para o entendimento segundo o qual é incabível a conversão do julgamento em diligência para suprir eventual irregularidade na formação do instrumento.

Logo, ao contrário do que alega a Ponto Eletro, ora apelante, a decisão agravada em momento algum violou a legislação pátria. A decisão foi pautada não só no entendimento legal (art. 525, I, do CPC), como também no entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre a matéria.

A propósito, na decisão ora agravada, todas as questões enfrentadas e decididas foram devidamente fundamentadas em jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Por tais razões, inexistente qualquer ilegalidade na aplicação do art. 557 do CPC ao caso em comento.

Em face do exposto, conheço o presente agravo regimental e **NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo a decisão monocrática pelos seus próprios fundamentos.

É o voto.

Recife, 20.01.10

EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador Relator